

A AMAZÔNIA DE EUCLIDES: CONDENSAÇÕES E DESLOCAMENTOS

Carlos Antônio Magalhães Guedelha (UFAM)¹

Resumo:

Este estudo apoia-se em uma hipótese básica: Euclides da Cunha, em seus textos amazônicos, inicialmente constrói metáforas parafásicas dos textos que lera sobre a região. Depois, com um melhor conhecimento da terra e da gente, passa a construir metáforas parodísticas em relação a esses mesmos textos. Emprego aqui as ideias de *paráfrase* e *paródia* como tipos de relações intertextuais, com base nas considerações de Sant'Anna (2001), em relação à questão do diálogo que se estabelece entre diferentes textos e autores. Nesta leitura, exploro as condensações (discursos parafrásicos) e os deslocamentos (discursos parodísticos) de Euclides sobre a região.

Palavras-chave: Euclides da Cunha, Amazônia, metáfora, paráfrase, paródia.

Abstract:

This study is based on a basic hypothesis: Euclides da Cunha, in his Amazonian texts, initially builds parafásicas metaphors of the texts he had read about the region. Then, with a better knowledge of the land and the people, shall build parodísticas metaphors in relation to these same texts. I employ here the ideas of paraphrase and parody as types of intertextual relations, based on considerations of Sant'Anna (2001), regarding the issue of the dialogue established between different texts and authors. In this reading, I explore condensations (parafrásicos speeches) and displacements (parodísticos speeches) of Euclides on the region.

Keywords: Euclides da Cunha, Amazônia, metaphor, paraphrase, parody.

“Descobri o que os escritores sempre souberam (e nos disseram muitas e muitas vezes): os livros sempre falam sobre outros livros, e toda história conta uma estória que já foi contada.”
(ECO *apud* HUTCHEON, 1991, p. 167).

Introdução

Para Sant'Anna (2001), parece ser um consenso hoje a concepção da intertextualidade como um fator imprescindível na leitura de qualquer texto, especialmente os literários, que geralmente têm na intertextualidade uma das suas grandes motivações. Objetivando fazer um paralelo entre a paráfrase e a paródia,

¹ Doutor em Linguística pela UFSC e Professor Adjunto do DLLP-UFAM.

Sant'Anna (2001, p. 29) vê naquela uma estratégia de condensação, e nesta uma estratégia de deslocamento. Isso porque:

Com a condensação temos dois elementos que se equivalem a um. Com o deslocamento temos um elemento com a memória de dois. Por isto é que se pode falar do caráter ocioso da paráfrase e do caráter contestador da paródia. Na paráfrase alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do *mesmo*. Na paródia busca-se a fala recalçada do *outro*.

Desse fato, decorre que:

A paráfrase é um discurso sem voz, pois quem está falando está falando o que o outro já disse. É uma máscara que se identifica totalmente com a voz que fala atrás de si. Nesse sentido, ela difere da paródia, pois, nesta, a máscara denuncia a duplicidade, a ambiguidade e a contradição” (SANT'ANNA, 2001, p. 29).

Sant'Anna chega a comparar a paráfrase com uma doença, a ecolalia, que consiste na repetição sonora do discurso alheio. Por outro lado, a paródia é um trabalho de metalinguagem. E existe tanto a paródia dos textos alheios (a intertextualidade) quanto a paródia dos próprios textos (a intratextualidade). Na paródia, o autor emprega a fala de outro, mas se opõe a essa fala. Em geral, o processo parodístico se dá da seguinte forma: “a segunda voz, depois de ter se alojado na outra fala, entra em antagonismo com a voz original que a recebeu, forçando-a a servir a fins diretamente opostos. A fala transforma-se num campo de batalhas para interações contrárias” (SANT'ANNA, 2001, p. 29).

O quadro que montei a seguir exemplifica o paralelo estabelecido por Sant'Anna:

Paráfrase	Paródia
Revela harmonia	Revela antagonismo
Repousa sobre o idêntico	Suscita a o diferente
É extensão do original	É acréscimo ao original
Repousa na continuidade	Instaura descontinuidade, ruptura, corte
Pretende aproximação	Pretende distanciamento
É manutenção de sentido	É inversão de sentido
Possui efeito laudatório	Possui efeito irônico e crítico
Inserir concordância	Inserir discordância
É reafirmação	É invenção
Tem caráter ocioso	Tem caráter contestador
Intertextualidade das	Intertextualidade das

semelhanças	diferenças
Há uma fusão de vozes	Não é possível a fusão de vozes
Há vozes superpostas	Há uma contravoz
É discurso pró	É discurso contra
É estilização positiva	É estilização negativa

Quadro 7 – paralelo entre a paráfrase e a paródia.

Euclides tentou, ao chegar à Amazônia, olhá-la com o olhar do outro. Esse outro a que me refiro é, na verdade, um conjunto de escritos de viajantes, a maioria estrangeiros que, entre assombros e deslumbramentos, pronunciaram-se sobre a região, eles também quase inteiramente dominados pelas sensações advindas de outras leituras anteriores. Sendo assim, seu primeiro olhar sobre a região foi de condensação, parafrásico; mas com o melhor conhecimento do espaço amazônico forjado nos flagrantes que testemunhou *in loco*, ensaiou um certo delineamento do olhar de deslocamento, na tentativa de exercitar uma escrita parodística sobre aquela terra e sua gente.

1 A primeira visão e algumas revisões

“Amazônia, terra sem história” é a primeira parte do livro *À Margem da história*, publicado após a morte de Euclides, o autor, e é constituída de textos que, ao que tudo indica, fariam parte do *Paraíso perdido*, que o ele tanto planejou escrever, mas a fatalidade de sua morte prematura o impediu. O primeiro capítulo dessa primeira parte intitula-se “Impressões gerais”, e apresenta, de fato, as impressões gerais que são a sua primeira visão da Amazônia que Euclides oferta aos leitores. Em que consistem essas “impressões”?

A palavra que Euclides usa para sintetizar suas impressões iniciais a respeito da região tem sentido negativo: *desapontamento*. Um desapontamento nascido no confronto entre o Amazonas real, observado *in loco*, e o Amazonas ideal, que construía em sua mente, a partir das leituras que fizera. Tivera contatos, desde muito cedo, com as “páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hilae* prodigiosa, com um espanto quase religioso” (CUNHA, 2003, p. 33).

Tais contatos lhe propiciaram imaginar um Amazonas empolgante, capaz de suscitar múltiplos deslumbramentos. Mas ao alcançar o Amazonas real, viu-o “inferior à

imagem subjetiva há longo tempo prefigurada” (CUNHA, 2003, p. 33). Inferior, em todos os aspectos, a tantos outros lugares do país.

Uma das impressões iniciais, que depois de um maior conhecimento experiencial da região seria corrigida, foi a ideia de homogeneidade da Amazônia, geradora de tediosa monotonia. Apesar de ser “o maior quadro da terra”, segundo ele, ali “o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares” (CUNHA, 2003, p. 34). Ele viu aquela paisagem como um enorme quadro disposto desmesuradamente no plano horizontal, cujos limites estavam muito além do alcance do olhar perscrutador do observador (HARDMAN, 2009, p. 18).

Euclides foi altamente influenciado, quanto a essa visão homogeneizante, pelas imagens fantásticas, fabulosas, divulgadas por cronistas e viajantes, e até mesmo pelo trabalho dos cartógrafos, que exercitavam uma geografia vizinha da mitologia. A partir dessas leituras, ele projetou um conjunto de imagens e noções sobre a região, que não se ajustavam às emoções e sensações provocadas pela realidade observada. Depois, foi retificando tais visões até formar seu próprio conceito da Amazônia como “paraíso perdido”, página incompleta do Gênesis, cuja criação ainda não se concluíra.

Após discorrer sobre o observador errante que, em busca de variedades, percorre a bacia do grande rio e “sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios”, Euclides já inicia a correção desse tópico da homogeneidade, contrapondo, ao observador errante, o observador imóvel, que estaciona às margens do rio e “sobressalteia-se, intermitentemente, diante das transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo”. Com base nisso, Euclides constrói a expressiva antítese corretiva do tópico: “diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o” (CUNHA, 2003, p. 49).

Ou seja, é uma questão de perspectiva: imobilidade da paisagem para o errante; dinâmica da natureza para o imóvel. Realmente, Euclides iria posteriormente experimentar a Amazônia em seu riquíssimo caráter de variedades múltiplas. Estacionar, descer da embarcação e pisar no chão amazônico corresponderia, para ele,

ao verdadeiro conhecimento que a visão panorâmica de um viajante pelo rio não seria suficiente para abarcar.

Outra impressão inicial, e dominante em Euclides, é que “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...” (CUNHA, 2003, p. 34). “Opulenta desordem” é, na verdade, um paradoxo, associado à metáfora do salão vasto e luxuoso. O paradoxo, conforme Ferreira (1987), tem a especialidade de apontar em duas direções distintas, e nesse caso a opulência aponta a grandiosidade da terra, enquanto a desordem faz pensar na incompletude, que será recorrente nos textos de Euclides sobre a região. “A natureza é portentosa, mas incompleta”, diz ele, como se estivesse oferecendo a senha de acesso ao paradoxo. “É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior” (CUNHA, 2003, p. 35). Os rios ainda estão em busca de seus leitos, e a flora ostenta uma grandeza imperfeita, porque incompleta.

Milton Hatoum (2009) vê nos escritos amazônicos de Euclides em *À margem da história* uma visão “pendular”, no seguinte sentido: em um extremo do pêndulo está a ideia da natureza portentosa, do clima que desempenha uma função superior, preparando a terra “para os fortes, para os perseverantes e para os bons”, no dizer de Euclides; e no outro extremo, está a natureza negativizada, apontada como destruidora. Como adversária do homem, e adversária perigosa, ela precisa ser domada, amansada. Mas esse “homem” referido por Euclides não é o nativo, e sim o forasteiro. Hatoum (2009) aponta, com propriedade, que, na ótica de Euclides, as sociedades nativas (tanto índios quanto caboclos) são inaptas para desempenhar um relevante papel no processo civilizador da Amazônia.

Embora Euclides tente provar que a Amazônia é uma “terra sem história”, ou que ela está “à margem da história”, Hatoum (2009) lembra que a natureza amazônica realmente é hostil, mas ela é também histórica, uma vez que era e ainda é habitada por dezenas de milhares de indígenas que dependem da natureza não apenas para a sua sobrevivência, mas também para a construção dos rituais simbólicos que enformam a sua cultura.

Euclides entende que essa incompletude de que ele fala é compreensível, pelo fato de ser a Amazônia, provavelmente, “a terra mais nova do mundo”. E chega a essa conclusão amparado nas pesquisas de Wallace e Frederico Hartt. No seu entendimento, ela “nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu

processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável” (CUNHA, 2003, p. 36-37)².

Exatamente por isso, segundo ele, a Amazônia é, de toda a América, “a paragem mais perlustrada de sábios e é a menos conhecida”. Incontáveis foram os viajantes, pesquisadores, naturalistas, que percorreram a região – de Humboldt a Goeldi – auscultando-a na ânsia científica das descobertas, no entanto “nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade”. Nomes de respeito como Wallace, Martius, Bates, Agassiz, entre tantos outros de primeira linha, “reduziram-se a geniais escrevedores de monografias” (CUNHA, 2003, p. 36).

Para Euclides, o estigma da incompletude da Amazônia contamina a literatura científica sobre a região, esta também incompleta. Os escritos científicos sobre a terra refletem bem a fisiografia da própria terra: “é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso”, diz ele (CUNHA, 2003, p. 36).

É que o grande rio, em que pese a sua “monotonia soberana”, evoca o maravilhoso de tal maneira que tanto o cronista ingênuo quanto o aventureiro romântico e o sábio precavido são igualmente enredados no apelo para abrir as velas da fantasia. A Amazônia em tudo favorece a “hipertrofia da imaginação”, dado o seu passado enformado por um ciclo quase mitológico, que insiste em avançar em direção ao presente, chamuscando inclusive as mais adiantadas hipóteses da ciência. A mentalidade mais sólida, na tentativa de aquilatar a grandeza da terra, corre o risco de pender para a fantasia ante um mundo composto de superlativos e hipérboles. Euclides parece sugerir, com isso, talvez inconscientemente, que a Amazônia é o reino da metáfora.

Curiosamente, Euclides “acolheu-se” também a “um recanto” da Amazônia, já que sua vivência amazônica se deu apenas no trajeto Belém – Manaus – Purus – Acre – Purus – Manaus – Belém. Ele também se converteria em um genial escrevedor de

² Embora as informações não sejam conclusivas, considerando a história geológica da terra, a formação da floresta amazônica é relativamente recente, uma vez que “as condições ambientais para o surgimento de uma floresta tropical úmida exuberante como temos hoje só se criaram há 6 milhões de anos”. E “A configuração atual da bacia hidrográfica amazônica – a maior do mundo – se estabeleceu há cerca de 27 mil anos [...] Já o rio Amazonas se formou um pouco mais cedo: há 40 mil anos”. (FERNANDES, Thais. Revista Ciência Hoje, SBPC. Disponível em: www.cienciahoje.uol.com.br.)

monografia. Manteve-se na calha do Purus, que funciona como pano de fundo do grande painel amazônico esboçado em seus escritos. O Purus sobressai como uma metonímia da Amazônia, como bem observou Hatoum (2009), ou seja, a parte que é focalizada como representação do todo. Nesses escritos, pode-se abstrair a “monografia daquele rio”, ou a sua “biografia”. No texto “Rios em abandono”, que faz parte de *À margem da história*, Euclides lança mão da tese estabelecida pelo geógrafo norte-americano Morris Davis em relação ao “ciclo vital dos rios”, a partir do estudo dos rios pensilvânicos, mostrando, na história desses rios,

uma infância irrequieta, uma adolescência revolta, uma virilidade equilibrada e uma velhice ou uma decrepitude melancólica, como se eles fossem estupendos organismos vivos, sujeitos à concorrência e à seleção, destinado ao triunfo, ou ao aniquilamento, consoante mais ou menos se adaptam às condições exteriores (CUNHA, 2003, p. 58).

Numa quase postura de autodefesa quanto a essa metonimização da região, olhada pelo espelho de “um” rio, Euclides escreve, em seu prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel, que a Amazônia tem sido conhecida aos fragmentos, mas é somente dessa forma que ela pode ser conhecida, no enfoque acurado das especialidades por naturalistas de diversos campos. É que a enormidade da terra misteriosa escapa a toda tentativa de abarcá-la, e precisa ser repartida para ser medida. “Conhecemo-la aos fragmentos. Mais de meio século de perseverantes pesquisas, e uma literatura inestimável, de numerosas monografias, mostram-no-la sob incontáveis aspectos parcelados” (CUNHA, 2003, p. 349).

Diferentemente do seu olhar inaugural da região, em que a visão panorâmica turva a percepção das particularidades, Euclides exercita agora um novo olhar, em que a visão das particularidades turva a fisionomia geral da região. A Amazônia, descobre Euclides, tem infinitas faces particularíssimas. E à medida que alguém vai conhecendo essas faces, mais e mais a fisionomia geral da terra vai se turvando em sua mente, restando-lhe numerosos traços vigorosos e nítidos, mas largamente esparsos. É por isso que, segundo ele, a amplitude tem que ser diminuída para ser avaliada, pois a grandeza “[...] só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um infinito que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...” Trata-se, a seu ver, de uma metodologia necessária, considerando-se que “a inteligência não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá que crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la” (CUNHA, 2003, p. 350).

O grande exemplo estimado por Euclides em defesa de sua tese é o do naturalista Walter Bates, que passou mais de uma década na Amazônia pesquisando e realizando descobertas memoráveis, que inclusive serviram de esteio para o evolucionismo nascente (CUNHA, 2003, p. 350). É fato que Bates ateu-se à estreita faixa litorânea entre Belém e Tefé, município do estado do Amazonas. Dali, diz Euclides, ele surpreendeu os pesquisadores da Europa e conquistou a simpatia de Darwin e deu uma imensurável contribuição à ciência, sem sequer esgotar o recanto apertadíssimo em que se acolhera. “Não vira a Amazônia. Daí o ter visto mais que os seus predecessores” (CUNHA, 2003, p. 350).

É uma autodefesa, de fato. E Euclides a continua, afirmando que a Amazônia ainda é uma terra envolta em mistérios, semelhante ao *paradise lost* de Milton, que se esconde em si mesmo. A sua interpretação corresponde a uma guerra de mil anos contra o desconhecido. “O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios”. (CUNHA, 2003, p. 351) Vejo aqui mais uma vez a revisão de tópico: a terra que Euclides chamara, inúmeras vezes, de “paragem maldita”, chama-a agora, sem cerimônia, de “paragem maravilhosa”.

No fim das contas, seu projeto de escrituração e escrita amazônica ficou incompleto. Na interessante leitura de Hardman (2009), Euclides se propôs escrever o seu “livro vingador” a respeito da região, mas, na verdade, foi a hileia quem se vingou de mais um forasteiro que tentou devassá-la.

Outro aspecto digno de nota, nas impressões gerais do escritor relativamente à região, diz respeito à volúpia do rio, em busca do seu leito definitivo, devorando as ribanceiras e arrastando tudo ao redor. Euclides concluiu que ele, o rio, tem uma função destruidora. “A enorme caudal está destruindo a terra”, ele assegura (CUNHA, 2003, p. 39). Personificando o rio Amazonas, caracteriza-o como o menos brasileiro dos rios, por ser um rio que desdenha do nosso lirismo patriótico, portando-se como um adversário, “entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (CUNHA, 2003, p. 39). Euclides ficou impressionado com um fenômeno muitíssimo comum na Amazônia, sobejamente conhecido pelo nome sugestivo de “terras caídas”. O fenômeno é descrito por vários cronistas viajantes, e também por cientistas que estiveram a serviço ao longo dos grandes rios. É o próprio Euclides quem diz:

O fato é vulgaríssimo. Conhecem-no todos os que por ali andam. Não raro o viajante, à noite, desperta sacudido por uma vibração de terremoto, e aturde-se apavorado ouvindo logo após o fragor indescritível de miríades de frondes, de troncos, de galhos, entreatando-se, rangendo, estalando e caindo todos a um tempo, num baque surdo e prolongado, lembrando o assalto fulminante de um cataclismo e um desabamento da terra. São, de fato, as ‘terras caídas’... (CUNHA, 2003, p.69).

Para os caboclos ribeirinhos, essa voracidade do rio sempre trazia prejuízos incalculáveis, pois ele levava consigo árvores, plantações, casas, rebanhos, cemitérios, tudo que estivesse ali, nas margens, ao alcance de suas águas esfaimadas. Para os navegantes era um entrave dos maiores, pelo fato de as barrancas arrancadas pela força das águas formarem verdadeiros “bancos” ou “barreiras” de terra nos canais de navegação. “Numa só noite (29 de julho de 1866) as ‘terras caídas’ da margem esquerda do Amazonas desmoronaram numa linha contínua de cinquenta léguas” (CUNHA, 2003, p. 44).

O maranhense Gonçalves Dias é um dos escritores que se revela impressionado com o fenômeno, revelador da imensurável força da natureza:

[...] Ouve-se de repente um rugido como se os céus desabassem – árvores colossais oscilam, vergam, tombam como castelos de cartas! – a terra falta, desaparece – a canoa não desamarra, nem tem tempo, arrebenta-se-lhe o cabo, – as águas repelidas pela queda das barreiras e das árvores repelem-na também para o largo; – e antes que os viajantes possam tornar a si do assombro, – antes que saibam e conheçam o que foi, – antes que o mestre possa comandar alguma manobra, voltam elas pujantes, furiosas, redemoinhando, e num vórtice – canoa, árvores, ilha – tudo desaparece e se esvai por encanto (DIAS, 1998, p. 117).

Assim como Gonçalves Dias e tantos outros viajantes estupefatos ante um movimento tão espetacular e, ao mesmo tempo, assustador da natureza, Euclides observa que os grandes rios amazônicos têm uma incrível “faculdade criadora”, mas se entregam incansavelmente à faina de destruir num dia aquilo que levaram muito tempo para construir. A função destruidora do rio Amazonas, por exemplo, sobrepuja a sua capacidade criativa. Como não tem delta (CUNHA, 909, p. 40), ele carrega para o Atlântico os sedimentos retirados pela ação da erosão ao longo de seu curso. Do Atlântico, as correntes marinhas arrastam esse material para lugares distantes, como o litoral da Geórgia e das Carolinas, nos Estados Unidos. O grande rio, assim como boa

parte de seus afluentes, como é o caso do Purus, vai alargando suas margens ano a ano, por força da derrubada inclemente das margens. Impressionado com esse fenômeno, Euclides decretou que o rio ainda está em busca de seu leito definitivo e, pior que isso, está aniquilando a terra. Não é um rio patriota. É o menos brasileiro dos nossos rios.

Euclides chama de contrassenso o fato de o brasileiro, na Amazônia, mesmo estando pisando em terras brasileiras, ser um estrangeiro. “A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes” (CUNHA, 2003, p. 42). Como o rio constrói o seu verdadeiro delta em paragens remotas de outro hemisfério, ele forja “a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgaste ininterrupto, as largas superfícies que atravessa” (CUNHA, 2003, p. 42). Isso, na visão do escritor, faz com que a adaptação do homem à região se exercite pelo nomadismo. A terra lhe foge, e ele vai em busca dela. Dessa forma, Euclides desenha um território onde tudo é efêmero, instável. Uma “paragem estranha onde as próprias cidades são errantes, como os homens, perpetuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que o chão lhes foge roído das correntezas, ou tombando nas ‘terras caídas’ das barreiras...” (CUNHA, 2003, p. 46). Na leitura crítica que faz dessas conclusões de Euclides, Braga (2002, p. 34) comenta que “os estudos mais modernos e evoluídos mostram que tal destruição não compromete a natureza. Ao contrário, está devidamente ajustada a ela”.

Quanto aos indígenas, Euclides os considera bárbaros. Fala sobre os esforços civilizatórios da metrópole distante, que não passaram de tentativas abortadas de levar a “civilização” àquela paragem distante. Em suas palavras, para lá se dirigiram “as partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros”, que adentravam os sertões, os rincões solitários, para levar até ali a civilização, que com eles viajava em suas suntuosas tendas. Lá chegando, num trabalho meticuloso, “regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra” (CUNHA, 2003, p. 46). Conseguiram um certo êxito nesse ofício de transfigurar as malocas. Mas tinham que ir a outros pontos do território. E quando ali voltavam, percebiam, frustrados, que as populações tinham “decaído”, “volvendo à bruteza original”, numa flagrante indiferença às práticas “civilizadas”, já abandonadas. Euclides, nesse ponto, parece estar dando eco aos lamentos do escritor Francisco Gomes de Amorim, autor do livro *Os selvagens*, um romance indianista que retrata a catequização da tribo mundurucu, na Amazônia. O

narrador lamenta o fato de que, pela escassez de padres em tão vasto território, os índios “melhorados” acabam voltando às suas práticas bárbaras, ao estado de bruteza original, decaindo novamente.

Euclides lembra, a esse respeito, as palavras do frei João de São José, bispo do Grão-Pará em 1692, dando conta de que a preguiça era a raiz de todos os vícios dos indígenas à época. E que os traços de caráter daquela gente podiam ser resenhados em três palavras nada abonadoras: lascívia, bebedice e furto. Euclides recorre também às páginas austeras de Russell Wallace³, onde se lê a confirmação do que dissera o religioso, no sentido de que os nativos passavam a vida “bebendo, dançando, zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida...” (CUNHA, 2003, p. 48).

Dessa forma, Euclides trata dos indígenas como seres que devotam uma indiferença pecaminosa aos “atributos superiores” da moral, uma renúncia sistemática aos escrúpulos e um coração pendente para o erro. Para ele, esses “vícios” são seculares, e acompanham a história dos habitantes da região: “Lede Tenreiro Aranha, José Veríssimo, dezenas de outros. Nestes livros se espalham, fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na História” (CUNHA, 2003, p. 48).

Tentando apresentar explicação para a frouxidão de caráter que ele vê na gente, encontra no clima, senão uma motivação, pelo menos um fator agravante. O “perpétuo banho de vapor” em que os habitantes viviam mergulhados estimulava a vida vegetativa, de folgas e sem riscos, mas atrofiava “a delicada vibração do espírito na dinâmica das ideias” e “a tensão superior da vontade nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoísticos” (CUNHA, 2003, p. 49).

Euclides cita um médico italiano, de nome Luigi Buscalione, que andou pela Amazônia pouco antes dele, para dar credibilidade a suas conjecturas sobre a influência do clima no comportamento dos nativos ali. O italiano assegurava que o clima provocava no forasteiro, a princípio, “uma superexcitação das funções psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...” (CUNHA, 2003, p. 49). Se isso era verdade em relação ao forasteiro, que dizer dos nativos, que já cresceram nesse ritmo de vida? O nomadismo forçado e o peso do clima seriam responsáveis, em grande parte, pela “paralisia

³ Conforme Souza (2009), Alfred Russel Wallace realizou pesquisas científicas no campo da botânica ao longo do Rio Negro, partindo de Manaus, após navegar pelo Amazonas. Dessas pesquisas, resultou o livro *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Euclides faz diversas referências às ideias de Wallace expostas nesse livro.

completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril” (CUNHA, 2003, p. 50).

Tratava-se, no entendimento de Euclides, de um caso de “psicologia coletiva” a ser restaurada. Ele faz alusão a uma lenda curiosa sustentada pelos habitantes do Amazonas: em frente a Manaus, existia (e ainda existe) uma bela ilha conhecida pelo nome de Marapatá. Segundo a lenda, quando um forasteiro pretendia entrar em Manaus, a capital do Estado, primeiramente devia ir até a ilha, e lá deixar a sua vergonha e a sua consciência, pendurada em um cabide. Só então poderia entrar na cidade. Quando decidisse ir embora, poderia voltar à ilha e tomar sua vergonha e consciência de volta. Euclides anota que aquela ilha tinha uma função alarmante, a de ser um “lazareto de almas”, responsável por justificar a lassidão da gente.

Euclides cita também outras duas ilhas, situadas na boca do Purus e na foz do Juruá, ambas com o mesmo nome de “Ilha da Consciência”, que têm um fim semelhante ao de Marapatá. Com isso, Euclides conclui que “o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável” (CUNHA, 2003, p. 50). “Fulminar-se” é mais uma das eloquentes metáforas de Euclides. A ironia apontada por ele consiste no fato de os seringueiros, mesmo sabendo que estão penetrando nas portas do “inferno” (o Juruá e o Purus eram as “portas” de entrada sem saída dos seringais), ainda terem presença de espírito para rir de topônimos tão inusitados, que lhes acentuam a própria desdita. Com essa alusão, Euclides sublinha a vida pusilânime, abaixo da linha de corte das qualidades morais superiores, numa certa “atrofia moral” tanto dos indígenas quanto dos habitantes citadinos e dos migrantes nordestinos alojados na selva.

É uma eloquente contradição de Euclides. Prometera vingar a Amazônia “de todas as brutalidades das gentes adoidadas que maculam a Amazônia desde o século XVII” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266). Seu “segundo livro vingador”, que intentava escrever, concretizaria essa “vingança”. No entanto, o que ele faz, na verdade, é associar-se a essa mesma gente “adoidada” que, no dizer de Hatoum (2009)⁴, “escreveu crônicas e relatos no passado - os mesmos que antes ele criticara por excesso de fantasia - para afirmar que a raiz dos vícios da terra é a preguiça”. Segue a linha de

⁴ Milton Hatoum, em artigo escrito para a série “Euclides da Cunha 360º - A obra e o legado de um intérprete do Brasil”, realizado para lembrar o centenário de morte de Euclides da Cunha, publicado em 24 de agosto de 2009 pelo Jornal Estadão.

uma rede de estereótipos construída pelos jesuítas e viajantes europeus do século XVIII. Esse discurso, que estabelece uma hierarquia racial entre os povos, foi muito difundido na Europa do século XIX, quando as duas maiores potências imperialistas - França e Inglaterra - atribuíam aos africanos e orientais traços de caráter inferiores aos dos europeus. No contato destes com outros povos, as diferenças percebidas e comentadas marcavam sobretudo um novo limite das conquistas e da expansão europeia, não uma nova substância de uma sociedade. Os outros - os exóticos - formam uma espécie de "grau zero da humanidade". Esses mesmos traços depreciativos foram assinalados por vários viajantes e naturalistas, inclusive Alfred Russel Wallace, que viu na "sociedade indisciplinada" um comportamento moral nada edificante, como "beber, jogar e mentir" (HATOUM, 2009).⁵

Considero estranho, juntamente com Hatoum (2009), que embora Euclides fosse leitor de um bom número de historiadores brasileiros que discorreram sobre a Amazônia,

não tenha lido nada sobre a Cabanagem, o movimento popular de índios, caboclos e negros da província do Grão-Pará contra os desmandos e a opressão do império durante o período regencial. Nessa revolta, duramente reprimida, morreram 30 mil pessoas. É também surpreendente que o escritor não tenha percebido - ou talvez não quisesse perceber - que Manaus e Belém, as duas capitais da Amazônia, foram construídas por uma mão de obra formada em sua maioria pela população nativa, que também trabalhava em muitos seringais dos rios Madeira e Amazonas, e até mesmo nas cercanias de Manaus." (HATOUM, 2009).⁶

Euclides faz uma veemente defesa dos migrantes sertanejos espalhados pela Amazônia, algo semelhante ao que fez em *Os sertões*. Olha para esses migrantes e sua vida de penúria nos seringais amazônicos, revolta-se com a situação de completa escravidão a que eles são submetidos e explode em denúncias contra aquela exploração, perpetrada na "mais criminosa organização do trabalho que engendrou o mais desacomodado egoísmo". Chama os seringueiros de origem nordestina de "caboclos titânicos que ali estão construindo um território" (CUNHA, 2003, p. 79), uma nova versão do sertanejo que é, antes de tudo, "um forte", de *Os Sertões*. Uma descrição que beira a idealização folhetinesca. Era esse migrante que estava cumprindo a espinhosa missão de "domar" e "amansar" o deserto. Ele seria o "vetor da civilização", nas palavras de Hatoum (2009), por ter sobrevivido ao regime de trabalho escravo a que foi submetido, e também por ter resistido à natureza insólita e terrivelmente ameaçadora.

⁵ Idem

⁶ Idem

Mas ao caboclo nativo da região, assim como aos indígenas, Euclides reserva as tintas mais escuras, já que essa sociedade nativa não se ajustava a seu ideal de progresso e a sua “missão civilizadora, que incluíam a posse e o povoamento sistemático do que ele chamava ‘terra ignota’ e ‘deserto’. Homens fracos, preguiçosos e viciados não podem enfrentar a ‘inconstância da base física onde se agita a sociedade’” (HATOUM, 2009).⁷

Euclides dialoga, nesse sentido, com uma longa tradição. Pinto (2006) esclarece a questão ao utilizar a metáfora da “viagem das ideias” para mostrar como, num passado relativamente remoto, brotou e se desenvolveu um aglomerado de ideias que “viajariam” no tempo e no espaço, vindo desembocar junto com os rios da Amazônia, formatando o pensamento social sobre a região. Mostra que, para que se entenda o modo como se formou o pensamento social sobre a Amazônia, é imprescindível que sejam revisitados os autores que emitiram conceitos e ideias que serviram de base para postulados posteriores em relação não apenas ao mundo amazônico, mas também ao Novo Mundo, de forma geral. Para ele, a ideia arraigada da superioridade da raça branca sobre indígenas, negros e mestiços estiveram e continuam presentes “na maior parte dos intentos para explicar e decifrar a condição cultural do Novo Mundo e da Amazônia e que terminaram por se constituir em aspectos de evidente relevância para a construção da história do pensamento social ocidental moderno” (PINTO, 2006, p.15).

Nessas tentativas de explicação, como lembram Gondim (1994) e Pinto (2006), é corrente a ideia de que o ambiente amazônico, por força do condicionamento climático, desfavorece o desenvolvimento da civilização, e que os nativos da região situam-se em estágio bastante anterior ao estágio de civilização da Europa e de outras regiões do mundo, tendo um comportamento marcado pela pusilanimidade, aliada à preguiça inata, que o torna praticamente um elemento decorativo da paisagem. Estava aí o embrião do entendimento de Euclides de que a Amazônia é um experimento da natureza ainda em formação, “mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas.” Essas ideias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente, contribuindo para cimentar as ideias mais correntes do senso comum sobre a região” (PINTO, 2006, p.20). Euclides certamente bebeu nessas fontes, e esse estigma impediu, de certa forma, a concretização de sua prometida vingança.

⁷ Idem

2 Paraíso perdido e inferno verde

Uma das metáforas que sobressaem nos textos de Euclides é a antítese paraíso / inferno relativamente à região amazônica. Só para citar dois exemplos, para o seu livro de interpretação da Amazônia, que ficou inacabado, escolheu o título “Paraíso perdido”, ao mesmo tempo em que referendava o título “Inferno verde”, escolhido pelo amigo Alberto Rangel para o seu livro, também de interpretação da Amazônia.

Evidentemente, não nasceu com Euclides essa tendência à designação antinômica para o mesmo espaço. Holanda (1959/2010) realizou um estudo bem detalhado sobre os motivos edênicos no “descobrimento” e colonização tanto do Brasil quanto da América e de outras terras desconhecidas na era dos grandes descobrimentos, e mostra que o anseio por encontrar o Paraíso Terrestre, perdido ainda no começo dos tempos, tal como relata o livro das Gênesis, ocupou a mente de peregrinos e viajantes em praticamente todas as épocas. Essa “visão do Paraíso”, como ele denomina tal tendência,

[...] esteve continuamente na imaginação de navegadores, exploradores e povoadores do hemisfério ocidental. Denunciam-no as primeiras narrativas de viagem, os primeiros tratados descritivos, onde a todo instante se reitera aquela mesma tópica das visões do Paraíso que, inaugurada desde o IV século num poema latino atribuído, erradamente segundo muitos, a Lactâncio, e mais tarde desenvolvida por Santo Isidoro de Sevilha, alcançara, sem sofrer mudança, notável longevidade (HOLANDA, 1959/2010, p. 13).

Para os homens que se lançavam do Velho Mundo à aventura das descobertas e conquistas, deixando para trás os conhecidos ambientes envoltos em pobreza e escassez, encontrar terras dadas, de primaveras constantes, equivalia a entrar em contato com o jardim edênico, perdido em tempos imemoriais. Foi assim com os homens de Colombo na “descoberta” da América:

Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (HOLANDA, 1959/2010, p. 13).

Para Holanda (1959/2010), essa ilusão original, pautada na sedução do maravilhoso, de acesso ao Paraíso, produziu temas comuns e duradouros na colonização das várias regiões que correspondem hoje à América Latina. Seduziu igualmente hispânicos, lusos e castelhanos. Esse Paraíso que, na Idade Média, estava restrito a apenas uma certa “noção” ascética nos preceitos dos teólogos, na era dos grandes descobrimentos pareceu materializar-se não raras vezes em pontos diversos do Novo Mundo. Assim, a demanda do paraíso disseminou-se entre descobridores ou conquistadores pela América Latina.

Holanda entende que as descrições medievais do Éden motivaram o surgimento de alguns *topoi* na cultura ocidental, como o da eterna primavera e o do invariável ar temperado que o pretense horto sagrado oferecia como dádiva ao homem. Em terras americanas, Cristóvão Colombo e, posteriormente, frei Bartolomeu de las Casas, abriram perspectivas para tantos outros navegadores e cronistas que foram afetados por esse “clichê”, que passou a ser revisitado no Brasil, por figuras como Pero de Magalhães Gandavo, Anchieta, Nóbrega, Fernão Cardim. Nas crônicas do período colonial, exalta-se com muita frequência os “bons ares” do Brasil, comparando-o ao Paraíso Terreal. Segundo Holanda (2010), Colombo entendia que as Índias, para onde ele estava sendo guiado pela mão da Providência, situavam-se na orla desse Paraíso.

A matriz para a “visão do Paraíso”, evidentemente, encontra-se na narrativa de Gênesis 2: 8-25 e 3: 1-24. Ali tomamos conhecimento a respeito da feitura do jardim do Éden pelo Criador, para ser a feliz morada do primeiro casal da face da Terra. Segundo a narrativa bíblica, Deus fez brotar no Éden um grande pomar, com toda qualidade de árvores tanto ornamentais quanto frutíferas, tendo ao centro a árvore da vida, além da árvore do conhecimento do bem e do mal. Adão tinha a liberdade de tomar e comer os frutos de qualquer árvore do jardim, com exceção da árvore do conhecimento do bem e do mal, em relação à qual receberam a ordem expressa de não comer do seu fruto, sob pena morrer no dia em que o fizessem.

Ainda conforme a narrativa bíblica, no Éden nascia um rio para regar a terra, o qual se dividia em quatro braços: o Pison, que rodeava toda a terra de Havilá, onde havia ouro, bdélio e pedra de berilo; o Giom, que rodeava toda a terra de Cuque; o Tigre, que corria pelo oriente da Assíria; e o Eufrates. Recebendo o jardim como sua perene morada, o homem recebeu também o encargo de o cultivar e proteger. Havendo criado todos os animais, Deus levou a Adão para nomeá-los. Sobre eles deveria exercer domínio.

Continua o relato do Gênesis que, na criação dos seres humanos, primeiramente Deus fez o homem, usando o pó da terra para moldar um ser que se tornaria vivente com o sopro divino em suas narinas fornecendo-lhe o fôlego da vida. Para criar a mulher, Deus fez o homem recém-criado cair em um pesado sono, oportunidade em que extraiu uma de suas costelas, a partir da qual fez a mulher, dada a ele como auxiliadora. O casal passou a viver em pleno estado de inocência, sem noção de malícia, não se envergonhando do estado de nudez em que vivam.

Mas o ingresso do pecado no Paraíso ocasionou a “queda” do casal, que foi imediatamente expulso do jardim, pois eles, que antes conheciam apenas o bem, agora tinham se tornado conhecedores também do mal, e havia o risco de comerem da árvore da vida e viverem eternamente com esse conhecimento do mal. Entre os ingredientes do mal, que eles passaram a conhecer, estavam a ingente dor de parto, a sujeição da mulher ao seu marido, o suor do rosto, o trabalho fatigante, o surgimento de cardos e espinhos na natureza, sofrimentos de todos os matizes e, por fim, a morte. Lançado o casal para fora do jardim, Deus pôs na entrada querubins de guarda, com uma espada flamejante que se volvia para todos os lados, a fim de impedir o acesso dos humanos ao caminho da árvore da vida. O Paraíso tinha sido perdido.

Na concepção de Holanda (1959/2010, p. 228),

O perfeito acordo entre todas as criaturas, a feliz ignorância do bem e do mal, a isenção de todo mister penoso e fatigante, e ainda a ausência da dor física e da morte: estes são os elementos constitutivos da condição primeira do homem, que há de ser abolida com o Pecado e a Queda. Sobre esse núcleo inicial, que pertence ao Gênesis, ampliado, em seguida, de traços oriundos do Apocalipse e, depois, de novos e sucessivos atributos tomados geralmente às crenças do paganismo, irão engastar-se pouco a pouco os juízos interpretativos dos padres da Igreja e dos teólogos, para formar, finalmente, a ideia medieval do Paraíso Terrestre.

A fixação que tinham os navegadores pela demanda do Paraíso Terrestre levou o espanhol León Pinelo, entre 1645 e 1650, ao exagero de fixar o lugar exato onde se localizava o imenso jardim habitado por Adão e Eva antes da queda, na parte central da América do Sul. E fez isso através de um intrincado raciocínio articulado a partir de textos bíblicos e de especulações geográficas. A “descoberta” era o reflexo de um desejo arraigado, partilhado por muitos, de achar o Éden perdido pelo primeiro casal. Nos cálculos de Pinelo, os rios do Paraíso, citados pelo autor do Gênesis, teriam a seguinte equivalência: o Pison seria o Prata; o Gion, o Madalena, assimilado ao Tigre; o

Orenoco, o Eufrates. Para ele, o fruto da ciência do bem e do mal referido na literatura bíblica só podia ser o maracujá, cujo aroma excitante poderia ter estimulado o apetite da mulher, e cuja flor enigmática assinalava os mistérios da paixão de Cristo (HOLANDA, 1959/2010).

Contribuindo para a propagação do mito, Nóbrega e Cardim enumeraram no quinhentismo os predicativos da “terra sem males”: árvores aprazíveis e boas para o apetite em abundância, ausência da dor e da morte e vida de inteira ociosidade. Tratava-se, obviamente, na visão deles, do paraíso indígena localizado no Brasil. Para Barros (2007, p. 131), a empolgação das primeiras narrativas de colonizadores e expedicionários sobre as terras brasileiras, exaltando a exuberância e a prodigalidade da natureza,

aguçou o imaginário de povos distantes, levando-os a construir representações edênicas sobre as novas terras, imaginando ser as mesmas remanescentes do paraíso terreal, sede do Jardim do Éden. As narrativas produzidas, desde cedo, tornaram-se manifestações arquetípicas de um discurso que remetia literalmente ao mito do paraíso terreal.

Essa visão do Paraíso foi se dilatando em direção ao vale amazônico, atraindo para ali os olhares sedentos de vida perene no Dourado, como foi o caso de Orellana, e Ursúa. Sob a forma de Eldorado, o paraíso de Colombo se espalhou para a Guiana e para o rio de Orellana. Barros (2007, p. 133) assinala que, no Brasil, “foi exatamente a região amazônica, mais especificamente o chamado Grão-Pará que mais despertou a atenção dos cronistas”, pois muitos deles acreditavam na possibilidade de ali ter sido plantado por Deus o Paraíso Terreal.

Na concepção de Holanda, o mito do paraíso perdido foi fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens. A corrupção do mundo e da natureza, em consequência do Pecado e da Queda, era um estigma do qual eles se ressentiam, e era uma ideia recorrente nas Sagradas Escrituras. Já estava presente no Gênesis, quando a maldição do Pecado atingiu não apenas os seres humanos, mas também a própria terra, que passaria a produzir cardos e espinhos. E só para lembrar uma passagem do Novo Testamento, o apóstolo Paulo cristaliza a triste lembrança de que toda a criação, e não somente os homens, geme e padece até hoje, suportando a maldição do Pecado cometido pelo primeiro homem (ROMANOS 8, 22).

O homem olha ao seu redor e vê a miséria do tempo presente. Sente falta de um certo estado de delícias perdido no tempo, e isso o leva a um sentimento de nostalgia de um passado venturoso e idílico. Deseja reconquistar “aquela condição plena de bem-aventurança, tal como a viram e cantaram os poetas”, que representaria “a projeção, sobre um plano cósmico, da vida da infância tal como a podem ver os adultos, isto é, uma infância idealizada pela distância: Assim, era natural que a situassem no passado. E representa, além disso, o reverso necessário, e em certo sentido compensatório, das misérias do presente” (HOLANDA, 1959/2010, p. 229).

É por essa razão que

a ideia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho (HOLANDA, 2010, p. 273).

Mas, se por um lado porções do Novo Mundo eram objetos dessa idealização, alçados ao patamar de Paraíso Terrestre, por outro lado não são poucas as referências a esse mesmo espaço como o “antiparaíso” ou, para usar uma palavra repisada em textos amazônicos, como o “inferno”. Mas a visão “infernial” não foi tão insistente, ou pelo menos não foi tão impactante, quanto a “visão do Paraíso”. O infernismo, contraposto ao edenismo, esteve na pauta da maioria dos naturalistas do século XVII. Eles dão curso, indiferentemente, a “duas ideias que na aparência se opõem: a de um mundo gasto ou degenerado, e a de um mundo inacabado ou imaturo” (HOLANDA, 1959/2010, p. 32).

Mas a antinomia era apenas aparente: na verdade, paraíso e inferno eram apenas as duas faces de uma mesma realidade. Para usar uma metáfora, os dois lados da mesma moeda. Colombo, por exemplo, conforme Holanda, assinalava que nos cenários mágicos de primores e deleites que se ofereciam ao descobridor despontavam perigos e espantos materializados em entidades misteriosas que se punham como obstáculo à conquista. Monstros e criaturas espantosas circundavam o Paraíso. Assim se disseminou a ideia de que ele só é “acessível aos mortais através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem

alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros” (HOLANDA, 1959/2010, p. 59).

Quanto a Euclides, o seu olhar sobre a Amazônia capta aquele “paraíso perdido” que tantos e tantos navegadores intentaram encontrar. Mas ele não é mais aquele espaço lúdico, idílico, eternamente primaveril idealizado por descobridores e colonizadores. Trata-se de um “paraíso” maculado por fortes manchas de “inferno”. Era o “paraíso diabólico” de que ele fala, cuja mais exata expressão eram os seringais. Um “paraíso tenebroso” que atraía os sertanejos para encerrá-los numa prisão a céu aberto.

Os próprios topônimos da região, nos quais Euclides aponta uma visível eloquência predicativa, parecem sinalizar no sentido da simbiose do inferno com o paraíso:

Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudades, S. João da Miséria, Escondido, Inferno...* De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio, Novo Encanto, Triunfo, Quero ver!, Liberdade, Concórdia, Paraíso...* (CUNHA, 2003, p. 91-92).

Ao prefaciар o *Inferno verde*, de Alberto Rangel, Euclides abona a escrita do amigo no que concerne à “visão do inferno” nos onze quadros de “apavorante simbolismo” que o livro apresenta em onze capítulos. Ali, a Amazônia é o inferno, a mesma “paragem maldita” tão citada por Euclides em seus textos. Dessa forma, vislumbra-se o paraíso (perdido) e o inferno (verde) como sendo os dois lados de uma mesma moeda, que é o espaço amazônico.

A literatura amazônica, por décadas a fio, esteve presa a essa dicotomia, cunhada por Monteiro (1998) pelos nomes de “edenismo” e “infernismo”. O *infernismo* era fruto do assombro diante um espaço considerado excessivamente misterioso. O homem espanta-se com a enormidade da floresta e dos rios, e libera a fantasia para grandes viagens para sondar mistérios e horrores subjacentes à imensurável massa líquida dos rios e ao estonteante universo verde da selva. O espanto se intensifica com a constatação do submundo de estupidez perpetuado no interior da selva, com o aniquilamento do homem pelo próprio homem. No reino do arrivismo que se montou na região, a terra foi manchada pela violência no decurso da invasão da região pela corrida vertiginosa em

busca da borracha. Já o edenismo, muito caro aos poetas e aventureiros sonhadores, era fruto do êxtase que acometia muitos dos viajantes, deslumbrados com uma terra tão pujante, luxuriante, de belezas e riquezas inimagináveis. Acessando uma terra que sequer supunham existir como tal, imaginavam ter encontrado uma porção do paraíso edênico na terra (MONTEIRO, 1998).

Mas no caso de Euclides, como em muitos outros escritores, há sempre um senão, expresso num adjetivo paradoxal: o paraíso é “perdido”, é “diabólico”, e o inferno é “verde”, é “florido”. Ou seja, o inferno tinge-se de paraíso, enquanto o paraíso é chamuscado de inferno. Sempre um paradoxo (ou um oxímoro) estrutural revelando incertezas prementes. Na interessante leitura de Hardman (2009, p. 57), o que ocorre na interpretação euclidiana da Amazônia é a interrupção do gênesis (que não se completou) pela precipitação do apocalipse:

uma oscilação de imagens que embaralham visões dos começos e fins dos tempos e mundos, que se alternam e se misturam entre cenas do Gênesis interrompido contra outras tantas do Apocalipse precipitado, entre a paisagem ausente de sinais humanos, seja à margem, seja anterior, seja fora mesmo do campo da história; ou, bem ao contrário, um território já demarcado por brutalidades antigas que o puseram à força nas franjas do processo civilizatório ocidental e colonial desde pelo menos o século XVII.

Considerações finais

Umberto Eco (*apud* Hutcheon, 1991), conforme a epígrafe deste artigo, evidencia uma questão que atualmente parece incontestável: cada livro que é escrito tem como conteúdo outros livros escritos anteriormente. Evidentemente, o teórico italiano está falando aí do fenômeno da intertextualidade, inerente ao próprio ato de escrever, já apontado por Julia Kristeva e redimensionado por Bakhtin com as suas considerações a respeito do dialogismo e da polifonia.

Essa intertextualidade pode ser rastreada nos escritos amazônicos de Euclides da Cunha, e foi o que procurei fazer nesta pesquisa, mapeando as intertextualidades das semelhanças (condensações ou paráfrases) e as intertextualidades das diferenças (deslocamentos ou paródias). Transitando entre paráfrases e paródias, Euclides construiu as metáforas que expressam a sua visão da terra e da gente amazônida.

Suas primeiras viagens pela Amazônia se deu através dos livros, ávido leitor que era, construindo um saber teórico e uma Amazônia ideal nascida dessas leituras. Depois

viria a viagem “para” a região, pondo os pés no chão da Amazônia real, no percurso Belém – Manaus – Purus – Acre – Purus – Manaus – Belém. As calhas do Purus e do Amazonas, rios superlativos e hiperbólicos como a própria Amazônia, foram o cenário do grande painel amazônico esboçado em seus escritos. No contato mais próximo com a Amazônia real, viu-se obrigado a corrigir alguns tópicos de suas dissertações e dilatar outros, e assim foi nascendo de sua pena uma Amazônia intrigante e instigante, que vale a pena conhecer.

Referências

BARROS, Antonio Teixeira de. *Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre ecologia e a exaltação das belezas naturais da Amazônia*. Latinoamérica, Revista de Estudos Latinoamericanos, n 044, PP. 129-156. Distrito Federal, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

BRAGA, Robério. *Euclides da Cunha no Amazonas*. Manaus: Valer; Fundação Lourenço Braga, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia – um paraíso perdido*. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.

DIAS, Antonio Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GALVÃO, Valnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. *A Vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

HATOUM, Milton. *Máscaras da civilização*. Estadão de Hoje caderno 2, 23 de agosto de 2009. Disponível em: estadao.com.br/noticias/arteelazer,mascaras-da-civilizacao-por-milton-hatoum.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fatos da Literatura Amazonense*. 2. ed. Manaus: EDUA, 1998.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das idéias*. Manaus: Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.